

212 112
2

EDITAL/ANUNCIO
VENDA

IDENTIFICAÇÃO DO (S) BEM (NS)

N.º da Venda: 2887.2024.1 – Quinhão hereditário, em comum e sem determinação de parte ou direito que o executado detém, sob o prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 2498, da freguesia do Caniço e concelho de Santa Cruz.

Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente, destinada a habitação, de dois pavimentos coberto de telha, tendo no R/C uma divisão, com duas casas de banho e no 1º andar uma divisão, uma cozinha e um logradouro de 50m².

Área total do terreno: 110,6000 m², área de implantação do edifício: 60,6000 m², área bruta de construção: 121,2000 m², área bruta dependente: 60,6000 m² e área bruta privativa: 60,6000 m², possui o valor patrimonial atual de €34.905,85.

O prédio está descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Cruz sob o n.º. 2699/19990604.

ADVERTÊNCIA: Antes de efetuarem propostas, os eventuais interessados devem inteirar-se das qualidades e características, licenças e outros aspetos que considerem relevantes, do(s) bem(ns)/direito(s). A não verificação, não é fundamento para anulação do procedimento de venda. A Autoridade Tributária não tem a posse efetiva do bem. A falta desta verificação por parte do proponente não determina, nos termos legais, a anulação da venda. Mais se informa que, nos termos do n.º 4 do artigo 820º do Código do Processo Civil, as propostas, uma vez apresentadas, só podem ser retiradas se a sua abertura for adiada por mais de 90 dias depois do primeiro dia designado.

TEOR DO ANUNCIO

David Manuel Costeira Galante, Chefe de Finanças do Serviço de Finanças SANTA CRUZ (MADEIRA) -2887, sito em RUA NOVA DE SÃO JOSE - EDIFICIO SÃO JOSE R/C, SANTA CRUZ, faz saber que irá proceder à **venda por leilão eletrónico no dia 2024-04-24 pelas 10:00 horas**, nos termos dos artigos 248.º e seguintes do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), e da portaria n.º 219/2011 de 1 de Junho, do bem acima melhor identificado, penhorado ao executado infra indicado, para pagamento de dívida constante em processo (s) de execução fiscal.

É fiel depositário(a) o(a) Sr(a) JOÃO DAVID LAGOS VIEIRA, residente em CANICO, contacto 936646810, que deverá mostrar o(s) bem(s) aos potenciais interessados (249.º/6 CPPT), entre as 15:52 horas do dia 2024-01-11 e as 17:30 horas do dia 2024-04-23.

O valor base da venda (250.º CPPT) é de € 4.886,82.

As licitações deverão ser apresentadas via Internet, mediante acesso ao "Portal das Finanças" e autenticação enquanto utilizador registado, em www.portaldasfinancas.gov.pt na opção "Venda de bens penhorados", ou seguindo consecutivamente as opções "Cidadãos", "Outros Serviços", "Venda Eletrónica de Bens", "Leilão Eletrónico".

O prazo para licitação tem início no dia 2024-04-09, pelas 10:00 horas, e termina às 10:00 do dia 2024-04-24.

A venda não poderá ainda ser adjudicada por um montante inferior a 20% do valor que tenha sido atribuído ao bem.

As licitações, uma vez submetidas, não podem ser retiradas, salvo em caso de adiamento da abertura por mais de 90 dias (n.º 4 do artigo 5.º da Portaria n.º 219/2011, de 1 de junho e n.º 4 do artigo 820.º do Código de Processo Civil - CPC).

No dia e hora designados para o termo do leilão, o Órgão de Execução Fiscal decide sobre a adjudicação do bem (artigo 6.º da Portaria n.º 219/2011, de 1 de junho).

A totalidade do preço deverá ser depositada, à ordem do Órgão de Execução Fiscal, no prazo de 15 dias, contados da decisão de adjudicação.

A emissão do título de adjudicação dependerá do pagamento integral do preço e dos impostos que se mostrem devidos.

Em tudo o mais, respeitar-se-á as regras do Código de Procedimento e de Processo Tributário, previstas nos artigos 248.º e bem assim, da Portaria n.º 219/2011, de 1 de junho e do n.º 4 do artigo 820.º do Código de Processo Civil.


IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTADO

N.º de Processo de Execução Fiscal: 2887201301012665 e ots

NIF/NIPC: 123483972

Nome: JOÃO DAVID LAGOS VIEIRA

O Chefe de Finanças


David Manuel Costeira Galante

(Por delegação da Diretora Regional da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais
da RAM, despacho nº 11/2018, publicado no JORAM II Série, nº 4, de 2018-01-05)

Santa Cruz, 11 de janeiro de 2024

2/2